



VIVA O MOVIMENTO CAMPONÊS

Os explorados do campo são uma importante componente da Revolução Democrática e Popular no nosso país. Desprezados, humilhados e ofendidos por todos os governos do capital quer antes quer depois do 25 de Abril, os assalariados rurais, os pequenos e médios camponeses têm atrás de si uma gloriosa tradição de luta.

Um punhado de parasitas, menos de 2% de toda a população dos campos, possuía mais de metade de toda a terra disponível do país. Conjuntamente com os monopólios e os roceiros colonialistas, esta cáfila de sanguessugas tem sujeitado o nosso povo a uma intensa, feroz e odiosa exploração.

Eles são os únicos responsáveis pela venda de mais de um milhão de proletários agrícolas e camponeses proletarizados, aos imperialistas europeus nos últimos 15 anos. Tal é o número de emigrantes que se viram obrigados a deixar a sua pátria. Eles são os grandes responsáveis pelas dezenas de milhar de mortos e estropiados de uma guerra colonial contra o sagrado direito dos povos das colónias à separação e completa independência.

O 25 de Abril contou com o apoio dos cerca de um milhão de explorados do campo. O derrubamento suave da camarilha marcelista deve buscar a sua explicação nessa reserva imensa de forças que é o campesinato. Muitas promessas e ilusões foram espalhadas, nomeadamente através das campanhas de embrutecimento do MFA dirigido pelo catedrático social-fascista Varela Gomes a partir da V Divisão.

A ancestral aspiração camponesa — A TERRA A QUEM A TRABALHA — não só não foi satisfeita como foi atraída pelo partido traidor de Barreirinhas Cunhal. Durante todo o reinado do «companheiro» Vasco as massas camponesas do Minho ao Algarve e do Continente aos arquipélagos da Madeira e dos Açores viram acentuar-se ainda mais a sua pauperização e ruína. Tudo continuava pior do que dantes.

A seguir ao 11 de Março, os social-fascistas conseguem o domínio quase completo da máquina do Estado burguês e dispõem-se febrilmente a vender os interesses da nossa pátria aos social-imperialistas revisionistas soviéticos. O vinho dos camponeses é objecto de especulação nas mãos dos social-fascistas que se apoderam do comércio externo e o colocam ao serviço dos seus patrões do Kremlin.

Os camponeses foram o primeiro sector patriótico das massas que se ergueu contra tal política de vende-pátrias. O inimigo número um dos pequenos e médios agricultores estava detectado. Uma poderosa revolta camponesa se ergueu por todo o país, atacando os órgãos do Estado onde os social-fascistas do P«C»P se tinham acoitado, Comissões Liquidatárias dos Grémios, Câmaras Municipais, etc. passando por uma limpeza geral a praticamente todas as sedes a norte do Tejo do dito P«C»P. Contra aldeias e povoados mobilizados em peso para escorraçarem esses reles agentes do social-imperialismo, tiveram os órgãos de informação vendidos o desprante de chamar reacção esse sector importante do povo.

O movimento camponês surgiu com a força de um rio em revolta, nada nem ninguém o podiam deter. Por todo o país, ainda que assumindo formas diversas consoante as características próprias da região, a revolta camponesa alastrava, tendo como alvo principal a política anti-camponesa do P«C»P.

O movimento camponês é único. A demonstrá-lo está a quase coincidência da primeira ocupação de terras no Alentejo em Maio do ano passado e o estalar da revolta camponesa a partir do Norte no início do Verão. Ainda que sem terem disso inteira consciência os camponeses pobres e os assalariados rurais encetavam uma dura luta contra o mesmo inimigo social-fascista.

Enquanto eram escovados dos órgãos do Estado burguês já existentes e que eles tinham ocupado a golpe, os social-fascistas criavam novos órgãos para impedir o avanço das ocupações de terras dos grandes agrários e latifundiários. É assim que surgem o IRA, o CRRA, a própria lei da Reforma Agrária.

Até aí, a política do P«C»P — o auto-proclamado campeão da Reforma Agrária, nada mais tinha feito do que através dos Sindicatos empurrar os assalariados para as mesas das conversações e da conciliação com os latifundiários, política essa que teve como único resultado o aumento do desemprego, da fome e da miséria para milhares de famílias camponesas. A própria fixação a nível nacional de um salário mínimo de fome, pelo Governo do «companheiro» Vasco deixou de parte os assalariados rurais que tinham de se governar com um salário ainda menor.

Os proletários agrícolas convenceram-se pela sua própria experiência que não era à mesa das conversações com os exploradores seculares que resolveriam fosse o que fosse. As primeiras ocupações de carácter restrito foram a faísca que incendiou toda a pradaria. Sem o apoio dos Sindicatos controlados pelo P«C»P e contra eles, o movimento de ocupação dos latifundiários prosseguia — Pombal, Benavila, Avis, etc.

Ameaçados pelo movimento que os submergia, os revisionistas tentam circunscrevê-lo, cercá-lo para o entrar e esmagar. O governo do «companheiro» Vasco aprova a chamada lei da Reforma Agrária, a tal que garante aos latifundiários os melhores lotes de terras de 500 ha cada um e para o restante expropriado prepara chorudas indemnizações. Essa é a Reforma Agrária do P«C»P que tentou cindir criminosamente o movimento camponês entre o Norte e o Sul, entre o Continente e as Ilhas. Essa é a Reforma Agrária que os latifundiários exigiam como arma legal contra

as ocupações e aplaudiram por diversas vezes em manifestações contra-revolucionárias. Essa é a Reforma Agrária responsável pelo abandono da Revolução de milhares e milhares de camponeses pobres a seguir ao golpe social-fascista de 25 de Novembro. Essa é a Reforma Agrária onde pescam todos os fascistas pescadores de águas turvas. Essa não é porém a Reforma Agrária dos assalariados e camponeses da nossa pátria.

A Reforma Agrária dos camponeses é a que eles têm vindo a executar à revelia do IRA, dos CRRA, dos sindicatos social-fascistas, Comissões Liquidatárias dos Grémios, etc. A Reforma Agrária dos camponeses é a que tem já um milhão de hectares de terras ocupadas quando apenas 300 mil estão reconhecidos pela outra Reforma Agrária do partido dito Comunista. A Reforma Agrária proletária para os camponeses é a que ergueu centenas de cooperativas que constituem outros tantos centros do poder popular nos campos e que elegeu centenas de Comissões de Trabalhadores para dirigirem a produção nas herdades ocupadas. A Reforma Agrária proletária é que denuncia implacavelmente todos os parasitas do P«C»P que se acoitam nas Comissões de Trabalhadores e na direcção das Cooperativas para deixarem de trabalhar na produção e que denuncia a política discriminatória da concessão de créditos do mesmo partido social-fascista que tenta sabotar as cooperativas que não pode controlar, dividindo uma vez mais o movimento camponês.

Há duas Reformas Agrárias: a da burguesia e a do Proletariado. A reforma agrária do proletariado só pode avançar se tiver uma direcção proletária que varra a política de conciliação com os latifundiários do partido do Barreirinhas Cunhal e persevere na luta contra a instalação de uma burguesia de tipo novo nos campos, constituída pelos latifundiários e herdeiros e pelas sanguessugas do I.R.A. C.R.R.A. etc. O nosso Partido, o MRPP, foi o único que tem vindo a dizer sempre isto ao povo dos campos. O nosso Partido tem tido razão.

O nosso Partido tem um programa revolucionário para os campos. O MRPP defende que toda a terra dos latifundiários e grandes agrários deve ser confiscada e entregue às organizações camponesas, segundo o princípio de «A TERRA A QUEM A TRABALHA».

Nenhuma das reivindicações camponesas foi satisfeita pelos sucessivos Governos Provisórios. Os camponeses querem a fixação dos preços de venda dos seus produtos e o Estado dos capitalistas responde-lhes com a anarquia da produção que é a característica principal da sua economia. A comercialização dos produtos é objecto de toda a casta de especulações por parte dos intermediários enquanto os adubos, as alfaías, as máquinas, as sementes chegam cada vez mais caros.

Os camponeses querem apoio financeiro e técnico e recebem um crédito agrícola a taxas de juro usurárias de 9,5% que vexam os pequenos agricultores e são uma ameaça à sua pequena parcela de terra.

Os pequenos e médios rendeiros, mais de 30% da população dos campos, querem a terra que trabalham e o Governo defende as rendas e os privilégios dos proprietários fundiários.

O povo dos campos quer ter o acesso à instrução, à cultura, à assistência e à saúde, e os sucessivos governos provisórios, encerram-lhes as escolas, comprazem-se com o analfabetismo, fomentam o obscurantismo e exarcebam a questão religiosa, retiram-lhes os médicos e abandonam os pequenos e médios agricultores à doença e à miséria, restringindo-lhes a previdência social.

Nenhum destes problemas do povo pode ser resolvido nos quadros da velha ordem do capital, só a instauração da ordem económica e social dos explorados lhes pode dar solução.

É contra esta ordem proletária nascente nos campos, que a burguesia aponta o fogo das suas baterias, combinando a sua política de minar por dentro através dos revisionistas as organizações camponesas na perspectiva de as transformar em apoios para o próximo golpe social-fascista, com a política das provocações intimidatórias armadas dos seus Comandos. O que a burguesia pretende é proceder às desocupações das terras e a sua posterior entrega aos latifundiários.

O nosso Partido, ao contrário do P«C»P que fez bailes no Barreiro para a GNR, nunca disse ao povo que devia confiar nas forças repressivas e nas Forças Armadas da burguesia, o MRPP defende com intransigência o armamento dos operários e camponeses. Sem armas o povo nada pode conservar das suas conquistas e muito menos alargá-las.

Os camponeses ousaram avançar apoiando-se nas suas próprias forças contra a política dos partidos traidores e em especial contra a política do dito Partido «Comunista» e obtiveram importantes vitórias.

Organizados nas suas cooperativas, unidos em torno dos seus órgãos de vontade que eles devem preservar de todos os oportunistas e sob a direcção proletária do nosso Partido que eles devem aceitar e reconhecer votando na Candidatura Operária do MRPP, certamente, sairão vitoriosos dos duros combates que se avizinham.

VIVA O MOVIMENTO CAMPONÊS !
VIVA A ALIANÇA OPERÁRIA - CAMPONESA !
VIVA A CANDIDATURA OPERÁRIA !
VIVA O MRPP !

SECRETARIADO NACIONAL
DA CANDIDATURA OPERÁRIA
DO MRPP

Lisboa, 8 de Abril de 1976

Lê a propaganda do Secretariado Nacional da Candidatura Operária.

4 / IMPERIALISTAS E SOCIAL-IMPERIALISTAS, FORA DE PORTUGAL !

A publicar:

VIVA O MOVIMENTO CAMPONÊS !

ABM